

## **INCLUSÃO DE ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIA EM UMA ESCOLA PÚBLICA GOIÁS: ESTRUTURA ESCOLAR E QUALIFICAÇÃO DOS PROFISSIONAIS**

**Flávia Ribeiro Xavier<sup>1</sup> (AC), Lourenço Faria Costa<sup>1</sup> (PO).**

<sup>1</sup>Universidade Estadual de Goiás – Câmpus Sudoeste – Sede Quirinópolis. Avenida Brasil, nº 435, Conjunto Hélio Leão, CEP: 75860-000, Quirinópolis, Goiás.

**Resumo:** De acordo com a legislação pertinente, a inclusão de crianças com deficiência na educação ainda é um processo que tem enfrentado obstáculos para a inserção das mesmas em instituições de ensino regular. Diante disso, a presente proposta tem como por objetivo vislumbrar e compreender possíveis razões que configuram dificuldade, em termos estruturais da escola e da formação profissional, para inclusão de crianças com deficiências. Para alcançar os objetivos propostos, a presente estudo utilizou como instrumento de coleta de dados a aplicação de questionário e entrevista para dois grupos, em uma escola pública: 1) administradores da escola: diretor (a) e coordenador (a) pedagógico (a), com o intuito de averiguar os desafios estruturais e pedagógicos em se praticar a legislação pertinente para inclusão de alunos com deficiência; 2) profissionais da área da pedagogia, com o objetivo de se investigar se há formação adequada pertinente para receber alunos com deficiência e averiguar situações práticas que os (as) profissionais possam ter vivenciado. De um modo geral, a gestora considera que a escola está apta e preparada para atender crianças com deficiência, e que as famílias dos alunos são participativas e contribuem para o crescimento do ensino. Já as professoras, apontam dificuldades em relação às famílias, inclusive na aceitação das crianças com deficiências. Para os familiares, relataram a falta de profissionais qualificados e de incentivo no âmbito de políticas públicas para auxiliar a inclusão. Portanto, o vislumbre de pontos de vista diferenciados demonstrou a importância do aprimoramento do diálogo entre indivíduos com de pontos de vista diferentes, pois que ocupam posições diferentes no âmbito escolar. Mas mesmo ocupando posições diferentes, todos (direção, professoras e família) se complementam no aprimoramento da inclusão de crianças com deficiência.

**Palavras-chave:** Educação Especial. Inclusão. Estrutura Escolar. Políticas Públicas. Educação Infantil.

### **Introdução**

A inclusão escolar, que já é assegurada por lei, pressupõe que determinados grupos sociais necessitem maior assistência educacional. Neste aspecto, crianças com deficiência das mais diversas origens necessitam de atendimento escolar especializado e profissionais preparados. De acordo com Vilaronga, et al:

Compreende-se que esses docentes são peças fundamentais não somente para o apoio em sala de recursos multifuncionais (SRM), que inclusive não foi prevista nos IFs nem teve financiamento de aquisição de materiais, mas para o trabalho em parceria com o professor da sala comum por meio da proposta de ensino colaborativo (p. 288, 2021).

Contudo nem todas as instituições escolares estão adequadas para recepcionar os alunos com necessidades especiais, posto que não constituem uma estrutura ajustada à necessidade da criança, além da ausência de professores

qualificados para atuarem na educação inclusiva. A qualificação de professores, nesse contexto, é vista como um meio para progresso da qualidade do trabalho educacional nas instituições de ensino, assim como argumento de que a inclusão escolar é um meio para as falhas econômicas de uma sociedade excludente (THESING; COSTAS, 2018).

Dessa forma, numa conexão de aspectos, tornar a instituição escolar um ambiente que realmente inclui o aluno e lhe oferece recursos adequados para a sua evolução, sendo assim o início de sociedade inclusiva, para tal objetivo, é necessário um comprometimento dos profissionais, para que atendam seus alunos adequadamente. Silva e Arruda afirmam que “é importante lembrar que toda criança, com deficiência ou não, passa pelos mesmos processos de desenvolvimento, necessitando da mesma dedicação profissional e possuindo os mesmos direitos de outras crianças” (p.03, 2014).

Por meio dos conhecimentos adquiridos durante as participações no estágio supervisionado, podemos comprovar que a metodologia educacional acerca da inclusão escolar ainda precisa de consideráveis reavaliações, no que diz respeito a formação dos educadores e adequação quanto ao espaço físico das instituições que ainda estão em processo de transformação, mas que ainda estão em passos lentos posto que também há uma falta de interesse por parte do próprio governo, que poderiam incentivar por meio de maior amplitude em cursos e também uma remuneração melhor para esses profissionais da inclusão.

Dentro do aspecto da educação inclusiva, o nosso país tem várias leis e regulamentações que estabelecem a inclusão de crianças e adolescentes em situações individualizadas, que precisam de um atendimento especial como maneira de ampliar para a inclusão social destes alunos com necessidades especiais. Haas, et al, aborda que “a escolarização de sujeitos com deficiência mental/intelectual é uma temática complexa e, como tal, precisa ser analisada sob diferentes pontos de vista” (p. 576, 2016).

Contudo, o presente estudo comprovou que a inclusão escolar de alunos com necessidades especiais vai mais adiante de cumprimento de políticas públicas e das leis que os resguardam, sendo de grande importância a qualificação dos profissionais que atuam no âmbito da educação, com a finalidade de oferecer um ensino de

qualidade e de forma a promover a igualdade entre todos e de desconstituir as concepções na sociedade sobre esse contexto.

Leão e Costa afirmam que:

Tornar realidade a educação inclusiva, por sua vez, não se efetuará simplesmente por decreto, sem que se avalie as reais condições que possibilitem a inclusão gradativa, contínua, sistemática e planejada de crianças com necessidades educativas especiais nos sistemas de ensino. Deve ser gradativa, por ser necessário que tanto os sistemas de educação especial como os do ensino regular possam ir se adequando à nova ordem, construindo práticas políticas, institucionais e pedagógicas que garantam o incremento da qualidade do ensino, que envolve não só os alunos com necessidades educativas especiais, mas todo o alunado do ensino regular (p. 90, 2005).

Portanto, a inclusão educacional é como se fosse um processo pelo qual as instituições de ensino se adequam para incluir, em seus ambientes, pessoas com deficiências e, estas se dispõem para assumir suas funções nestes ambientes (RODRIGUES, 2017).

Agregando todos esses fatores, é essencial que as várias âmbitos da educação no que tange a parte governamental como o Ministério da Educação, Secretárias Estaduais da Educação e Secretárias Municipais da Educação promovam meios de incentivos como parcerias, cursos de aperfeiçoamento, qualificação dos educadores e para os alunos criação de projetos envolvendo também a família e toda a comunidade, palestras abordando a inclusão, para que se acabe as inseguranças e preconceitos, dessa forma conseguiremos uma educação como igualdade e de qualidade.

Esse conjunto de ações se refere a proposições docentes que envolvem a ação de outros sujeitos relacionados aos contextos escolares: as equipes pedagógicas/diretivas das escolas, as esferas governamentais e as famílias dos estudantes. As ações mencionadas, de forma geral, estão relacionadas a uma estrutura de apoio que é necessária para o desenvolvimento do trabalho pedagógico na escola com os estudantes incluídos. Entre as proposições, algumas sinalizam a necessidade de organização de espaços e tempos de planejamento pedagógico entre os diferentes professores na escola, a promoção de eventos e cursos de formação continuada e o maior apoio nos processos de mediação entre a escola e as famílias dos estudantes com deficiência (VILARONGA; MENDES, p. 282, 2018).

Podemos então notar a importância de uma qualificação dos professores da educação infantil corroborada com apoio da administração escolar por meio de

formação continuada, tarefas reflexões, para que os mesmos se permitam serem determinados a exercerem um trabalho de maneira individualizada com seus alunos, em um ambiente no qual não haja lugar para preconceitos, mas sim a valorização da diversidade. O presente estudo objetivou justamente averiguar tais aspectos, sob o ponto de vista da administração escolar, dos professores e das famílias envolvidas.

## Material e Métodos

O estudo foi realizado no Centro de Ensino em Período Integral Municipalizado Alcides Rodrigues da Silva, a escola está localizada em um bairro de uma comunidade com famílias humildes com baixa renda. A coleta de dados ocorreu no decorrer do mês agosto comparecendo a Unidade Escolar para fazer a coleta dos dados.

A obtenção dos dados para análise se deu por meio de entrevistas, onde o foco foi obter relatos de experiências do contexto inclusivo, no caso houve a colaboração das professoras, da gestora e familiares dos alunos que contribuíram para esse trabalho. Algumas perguntas foram realizadas de forma objetiva, e outras subjetivas, pois são experiências diferentes vivenciadas com cada aluno, de diferentes idades. A entrevista foi realizada com a gestora da escola, para as professoras e para a família dos alunos. Tal procedimento obteve o parecer ético favorável do Comitê de Ética em Pesquisa da UEG (protocolo número 64313322.8.0000.8113).

Entrevistei a gestora, as professoras e a família, visto que essas pessoas são as que tem um contato mais direto e sabem a real necessidade de um ambiente escolar apropriado e também de profissionais qualificados para esse atendimento de ensino especial. A entrevista aconteceu no âmbito escolar, participaram a gestora, três professoras e três pais dos alunos, as famílias das crianças foram convidadas a comparecerem na unidade escolar que eu pudesse concluir o questionário.

## Resultados e Discussão

A apresentação dos resultados e discussão ocorrerá em três níveis - análise da realidade investigada, análise das entrevistas e análise da proposta de intervenção -, tendo como subsídio os conceitos da psicologia histórico-cultural.

### ***Gestora escolar***

Foi realizada entrevista com a gestora escolar. Formada desde 2003, exerce a profissão há 20 anos na rede pública, tem formação continuada e especialização na área da educação inclusiva, já trabalhou com diversas crianças com deficiência, teve treinamento durante esse período, ofertados pela Secretária da Educação. A gestora afirma que a escola está apta e preparada para atender crianças com deficiência, que a escola lida da melhor maneira para acolhimento dos alunos, as famílias dos alunos são participativas e contribuem para o crescimento do ensino.

### ***Professoras***

Foi realizada a entrevista com a professora do segundo ano da educação infantil, que exerce a profissão há 10 anos na rede pública de ensino, já lecionou para alunos com deficiência visual, intelectual e déficit na aprendizagem, a professora teve um treinamento oferecido pela Secretária de Educação, relatou que a escola está preparada para lidar com crianças especiais, a estrutura das salas de aulas, materiais pedagógicos estão adequados e os profissionais são especializados. Na sua atuação lida muito bem, tratando as crianças com respeito e igualdade e ainda afirma que ocorre a participação da família e da escola.

A professora do terceiro ano da educação infantil, exerce a profissão há 26 anos, possui formação continuada na área da inclusão que ocorreu no ano de 2010, já lecionou para crianças com deficiência, para a professora a escola não é adaptada para alunos com deficiência, relatou que as famílias dos alunos participam de tudo na escola, o que difere da resposta da direção da escola. Possivelmente, haja uma visão diferenciada entre gestão e professora, considerando que a última lida diretamente com os desafios advindos da prática escolar.

A escola, portanto, deve proporcionar subsídios para que a criança possa se desenvolver de modo satisfatório, segundo suas necessidades e dificuldades, a partir de meios que venham a lhe favorecer de modo positivo. Neste sentido, as parcerias construídas entre a comunidade escolar, a família e a sociedade podem contribuir para que sejam desenvolvidas ações inclusivas para todos que da escola fazem parte, sendo o aluno ator central do processo de ensino e aprendizagem. (SANTOS, p. 10, 2015).

A professora do jardim II, formou no ano de 2020 pela UEG de Quirinópolis, exerce a profissão há 1 ano, tem pós-graduação em alfabetização e letramento e também em psicopedagogia clínica e institucional. Leciona no 7º ano e jardim II para

alunos com TDAH, autismo, deficiência intelectual e surdez. Relatou que a maior dificuldade que a escola enfrenta é a aceitação da família em relação a deficiência dos filhos. A escola em que ela trabalha tem professores de apoio para auxiliar na realização das atividades. De acordo com sua experiência há a participação da família na maioria das vezes, conforme mencionou a diretora, mas ainda existem empecilhos por parte da família na aceitação da deficiência dos filhos. Essa resposta corrobora com a resposta da professora acima, o que reforça a hipótese de que gestão e professores podem ter percepções diferentes quanto a participação das famílias.

A professora do quarto ano da educação infantil. Exerce a profissão há 15 anos na rede pública, possui formação continuada, se especializou na área da educação inclusiva, trabalhou durante 4 anos em uma escola especializada com crianças autistas, a professora relata que participa de palestras e grupos de estudos, porém não há treinamento. Quanto a participação da família, ela afirma que a maioria participa, mas tem famílias que não aceitam e que isso dificulta todo o trabalho pedagógico. A resposta da professora acima corrobora a percepção mencionada por outras professoras entrevistadas acima, o que reforça a importância da família.

Assim, como pode-se observar, a discussão sobre a participação da família na vida escolar de seus filhos não é recente. Há décadas que se vem refletindo sobre como envolver a família, promover a corresponsabilidade e torná-las parte do processo educativo. Sem dúvida, tal aproximação trata-se de uma difícil tarefa, isto, em função das inseguranças, incertezas e da falta de esclarecimento sobre o processo educacional, suas limitações, bem como sua abrangência (BARBOSA, p. 09, 2011)

A professora do terceiro ano da educação infantil, exerce a profissão há 25 anos na rede pública, não possui formação complementar, mas tem pós-graduação, pois teve interesse no crescimento profissional, relatou que foi professora de crianças com deficiência, TDAH, deficiência mental, auditiva e autismo. A professora não participou de treinamentos específicos para lidar com crianças com deficiência, relatou ainda que a escola em que trabalha está preparada para receber e lidar com crianças especiais, lida com compromisso e responsabilidade, sem preconceitos e com tratamento igualitário. No que diz respeito à participação da família, ela afirma que muitos não aceitam que seus filhos precisam ser acompanhados e auxiliados em sua aprendizagem escolar, não aceitam a deficiência dos seus filhos.

### ***Familiares das crianças***

Foram entrevistadas três mães de alunos que estudam na instituição escolar, a família um tem dois filhos, e seus filhos tem 6 e 8 anos, diagnosticados com autismo, relatou que eles necessitam de apoio para realizar todas as atividades escolares, precisam de intervenção na interação e comunicação com os colegas de sala, afirma que a escola não está preparada para lidar com seus filhos, falta profissionais especializados e também com relação à estrutura escolar, disse que deixa a desejar, possui uma boa relação com a escola, é participativa pois necessita do suporte da escola por ter dois filhos com autismo. Ela relata que a maior dificuldade é a falta de profissionais, interesse por parte das políticas públicas para criarem programas de auxílio, preparar os professores para exercerem suas funções e lidarem com a dificuldade das crianças da inclusão.

Não há uma única maneira correta de envolver os pais. As escolas devem procurar oferecer um menu que se adapte às características e necessidades de uma comunidade educativa cada vez mais heterogênea. A intensidade do contato é importante e deve incluir reuniões gerais e o recurso à comunicação escrita, mas, sobretudo os encontros desses agentes (escola e família). Intensidade e diversidade parecem ser as características mais marcantes dos programas eficazes (BARBOSA, p. 15, 2011).

A segunda mãe entrevistada foi a família dois tem um, filho com 5 anos de idade, diagnosticado com Síndrome de Down, relatou que seu filho necessita de auxílio de uma profissional o tempo todo, nenhuma escola ainda o aceitou, pois alegam que não tem profissionais capacitados e estão esperando contratar, mas a mãe sente que é só desculpa para não aceitar seu filho no âmbito escolar. Santos afirma que “a escola inclusiva construída com a participação de diversos atores requer ainda reflexão constante, conhecimento das leis e disposição para mudar. Característica essa que faz parte dos princípios de uma escola inclusiva” (p.11, 2015).

A terceira família entrevistada, relatou que sua filha tem 15 anos de idade, tem Síndrome de Down, que ela precisa de ajuda nas atividades, precisa ser estimulada no seu aprendizado e atenção permanente devido à sua vulnerabilidade. Alega que sua filha teve excelentes profissionais de apoio, porém teve anos que não foram tão satisfatórios. Ela disse que tem uma boa relação com a escola, procura ser bem presente, conversa muito com as professoras, coordenadoras e gestora buscando se envolver no aprendizado da sua filha. Ela afirma que passou algumas dificuldades,

diante da falta de profissionais qualificados e também a dificuldade do relacionamento da filha com algumas professoras, pois ela tem o gênio bem forte. A mãe se posicionou acerca da falta de implementação de projetos para continuidade do desenvolvimento psicológico e social dos alunos da inclusão, visto que a sua filha não tem condições de ir para o mercado de trabalho, pois depois que concluem o ensino médio, os alunos tendem a ficar em casa ou voltar para a escola de ensino especial. A mãe afirma que falta o real comprometimento dos órgãos governamentais, com relação a criação de programas de incentivos a qualificação de profissionais e também fiscalizar melhor as instituições de ensino, verificando se estão prestando um ensino de qualidade.

### Considerações Finais

De um modo geral, a percepção das famílias com filhos que apresentam alguma limitação e requer cuidados especiais, estão em consonância com a resposta dos professores, em detrimento da direção. Neste caso, aparentemente há dificuldades, em termos de pessoal especializado, em receber as crianças com deficiência. Por outro lado, destaca-se do ponto de vista das professoras, uma percepção convergente de que algumas famílias não são colaborativas ou não aceitam a situação dos filhos. Ainda, destaca-se a formação profissional específica (tanto por parte dos relatos dos familiares, quanto das professoras) para melhor lidar com a inclusão de crianças com deficiências. Por fim, aparentemente, a gestão escolar e professoras têm percepções diferentes quanto à participação das famílias (em que a direção acha adequada) e da estruturação física e humana para promover a inclusão de alunos com deficiência. Possivelmente essas percepções diferentes possam advir de pontos de vista diferentes de quem trabalha na gestão, de quem está diretamente envolvido com os alunos e de quem convive com os mesmos, o que não obrigatoriamente infere erro conceitual.

Considera-se, portanto, a necessidade de aprimorar a integração dos trabalhos entre quem administra, quem lida diretamente com as crianças e familiares, estreitando cada vez mais o diálogo, a troca de experiências e percepções.

### Agradecimentos

Agradeço à Universidade Estadual de Goiás, Campus Sudoeste, Sede Quirinópolis, bem como o curso de Pedagogia da referida Sede, pelo subsídio ao meu desenvolvimento profissional. Agradeço também ao meu orientador, prof. Lourenço F Costa pelos direcionamentos pertinentes ao desenvolvimento deste estudo. Agradeço, por fim e fundamentalmente, à instituição de ensino que nos acolheu e aceitou voluntariamente participar deste estudo, representados pela diretora, pelas professoras e pelos familiares das crianças.

### Referências

BARBOSA, Juliana Silveira Branco. **A importância da participação familiar para a inclusão escolar**. Universidade de Brasília – UNB: Ipatinga – MG, 2011.

COSTAS, Fabiane Adela Tonetto; THESING, Mariana Luzia Corrêa. **As proposições de uma escola inclusiva na concepção de professores de educação especial**: algumas problematizações. Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos (on-line), Brasília, v. 99, n. 252, p.277-293, maio/ago. 2018.

COSTA, Maria da Piedade Resende da; LEÃO, Andreza Marques de Castro. **Inclusão**: a expectativa do professor quanto ao desempenho acadêmico do aluno surdo. Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos (on-line), Brasília, v. 86, n. 213/214, p. 88-109, maio/dez. 2005.

HAAS, Clarissa, et al. **Rodas de pesquisa e formação em educação especial**: as trajetórias de estudantes com deficiência. Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos (on-line), Brasília, v. 97, n. 247, p. 570-582, set./dez. 2016.

MENDES Enicéia Gonçalves; VILARONGA, Carla Ariela Rios. **Ensino colaborativo para o apoio à inclusão escolar**: práticas colaborativas entre os professores. Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos (on-line), Brasília, v. 95, n. 239, p. 139-151, jan./abr. 2014.

RODRIGUES, Leandro. **O que é Educação Inclusiva?** Um passo a passo para a inclusão escolar. Postado em: 15 de agosto de 2017. Disponível em: <https://institutoitard.com.br/o-que-e-educacao-inclusiva-um-passo-a-passo-para-a-inclusao-escolar/>. Acesso em: 15 dezembro 2022.

SANTOS, Valkiria Cordeiro da Rocha. **Família**: Uma aliada na educação inclusiva? Universidade de Brasília – UNB: Brasília – DF, 2015.

SILVA, Ana Paula Mesquita da; ARRUDA, Aparecida Luvizotto Medina Martins. **O papel do professor diante da inclusão escolar**. Revista Eletrônica Saberes da Educação, v. 5, nº 1, 2014. Disponível em: [http://docs.uninove.br/arte/fac/publicacoes\\_pdf/educacao/v5\\_n1\\_2014/Ana\\_Paula.pdf](http://docs.uninove.br/arte/fac/publicacoes_pdf/educacao/v5_n1_2014/Ana_Paula.pdf). Acesso em: 15 dezembro 2022.



VILARONGA, Carla Ariela Rios, et al. **Inclusão escolar e atuação dos Núcleos de Apoio às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas no Instituto Federal de São Paulo**. Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos (on-line), Brasília, v. 102, n. 260, p. 283-307, jan./abr. 2021.